



Tamboril
PREFEITURA



CONTRATO Nº 2026.01.21.008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025/PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00005.20250919/0001-24

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
2026.01.21.008, QUE FAZEM ENTRE SI A
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E
A EMPRESA ANA CLAUDIA BORGES DE
PAULO – ME.

Pelo presente instrumento, o Município de Tamboril - CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.705.817/0001-04, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Germiniano Rodrigues de Farias, S/N, Bairro São Pedro, Tamboril – CE, CEP 63.750-000, através da **SECRETARIA DA SAÚDE**, neste ato representada pela respectiva Secretária, a Sra. Cicera Erica Nascimento Santana, aqui denominada de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa **ANA CLAUDIA BORGES DE PAULO - ME**, estabelecida na Avenida dos Expedicionários, 5400, Fortaleza/CE, CEP: 60.410-234, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.276.014/0001-00, neste ato representado pela a Sra. Ana Claudia Borges de Paulo, portadora do CPF/MF nº 411.131.103-25, apenas denominada de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo administrativo nº 00005.20250919/0001-24, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 045/2025/PE, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL – CE**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A proposta do CONTRATADO; e
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 2.1. O presente terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos dentro da vigência do mesmo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ter a sua duração prorrogada na forma da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO

- 3.1. A execução contratual ocorrerá de forma parcelada, conforme as necessidades e programações realizadas pela Secretaria solicitante, respeitando os quantitativos totais previstos neste instrumento e as condições estabelecidas nas ordens de fornecimento emitidas pela Administração.

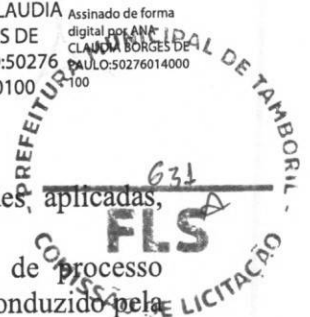


- 3.2. Cada entrega será realizada mediante ordem de fornecimento específica, expedida pela Secretaria demandante, devendo a contratada atender ao prazo máximo de 30 dias consecutivos para entrega, contado a partir do recebimento formal da respectiva ordem.
- 3.3. Todos os itens fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, sem defeitos, avarias, manchas, diferenças de tonalidade, falhas de costura, deformações, ou qualquer não conformidade visual ou estrutural. Fica expressamente vedado o fornecimento de produtos reconicionados, remanufaturados, reutilizados, reformados ou oriundos de sobras de outros contratos.
- 3.4. Os materiais deverão corresponder integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, incluindo composição têxtil, gramatura, dimensões, tipo de tecido, acabamentos, cores, padrões de costura, qualidade das aplicações de logomarcas, tipos de fecho, acessórios, modelos, tamanhos e demais características necessárias ao desempenho e à finalidade de uso.
- 3.5. A conferência das entregas será realizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará a conformidade dos itens com as especificações contratuais, com a amostra aprovada e com os requisitos de qualidade previstos, registrando eventuais ocorrências em termo próprio.
- 3.6. No ato de cada entrega, a contratada deverá apresentar:
- nota fiscal correspondente ao fornecimento, contendo a descrição detalhada dos itens;
 - documentação técnica pertinente aos materiais, incluindo ficha técnica e instruções de conservação, quando exigido no Termo de Referência.
- 3.7. As entregas deverão ocorrer nos endereços indicados pelas Secretarias demandantes, em dias e horários previamente acordados, observando-se as condições adequadas de transporte, descarga e conferência.
- 3.8. A contratada será responsável pelo transporte, manuseio e acondicionamento dos itens até o local de entrega, devendo garantir que os produtos cheguem íntegros, limpos, devidamente embalados e protegidos, respeitando normas de higiene, qualidade, conservação e segurança aplicáveis aos materiais têxteis e acessórios.
- 3.9. O recebimento ocorrerá em duas etapas:
- recebimento provisório, no ato da entrega, mediante conferência física, quantitativa e identificação visual das peças;
 - recebimento definitivo, após análise detalhada da conformidade técnica, acabamento, dimensões, qualidade das aplicações e compatibilidade com a amostra aprovada, no prazo máximo de 10 dias corridos, formalizado em termo de recebimento definitivo.
- 3.10. Caso a entrega seja realizada por transportador contratado pela fornecedora, o recebimento provisório e o definitivo poderão ocorrer simultaneamente, desde que haja representante habilitado da contratada presente no ato da conferência.
- 3.11. Itens que apresentarem diferenças de modelo, falhas de costura, variação de cor, defeitos de fabricação, aplicação inadequada de logotipos, materiais divergentes, tamanhos incorretos ou qualquer desconformidade serão rejeitados total ou parcialmente. A contratada deverá substituí-los no prazo máximo de 30 dias corridos após notificação da Administração, sem qualquer ônus adicional.
- 3.12. A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor ou comissão designada pela Secretaria beneficiária, a qual manterá registros formais acerca da qualidade, prazos, conformidade técnica e eventuais ocorrências, podendo solicitar ajustes, esclarecimentos e providências.
- 3.13. A atuação da fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais, civis e contratuais, inclusive perante terceiros, permanecendo responsável pela qualidade, integridade e especificações dos materiais até o recebimento definitivo.





- 3.14. Toda e qualquer determinação técnica, administrativa ou corretiva emitida pela fiscalização deverá ser prontamente atendida pela contratada, sem ônus para a Administração, incluindo a realização de reparos, correções, substituições, reapresentação de amostras ou adequações necessárias para garantir a conformidade do objeto.
- 3.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 3.16. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 3.16.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 3.16.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 3.16.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 3.16.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 3.16.5. O fiscal técnico de o contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 3.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 3.17.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 3.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 3.18.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 3.18.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 3.18.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos



indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades, aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.18.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.19. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1. O valor total da contratação é de **R\$ 67.357,20 (sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos)**.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado de forma parcelada, de acordo com as entregas realizadas e atestadas pela Secretaria Contratante do Município de Tamboril – CE, mediante apresentação da documentação fiscal correspondente e comprovação da regularidade da entrega.

5.2. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor responsável, desde que não haja pendências relacionadas à execução contratual.

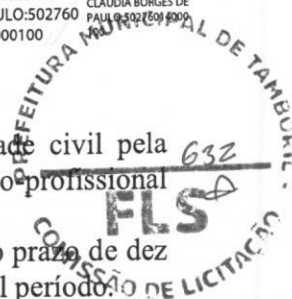
5.3. O pagamento somente será realizado após:

- a) A verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas exigidas no contrato e no edital;
- b) Atestação de regularidade pelo setor de fiscalização ou responsável designado pela Secretaria contratante;
- c) Confirmação da inexistência de pendências documentais, fiscais ou contratuais.

5.4. No caso de atraso ou entrega dos produtos fora das especificações contratuais, o pagamento poderá ser retido até a regularização da situação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos ofertados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.9. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. A Administração deverá realizar consulta ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

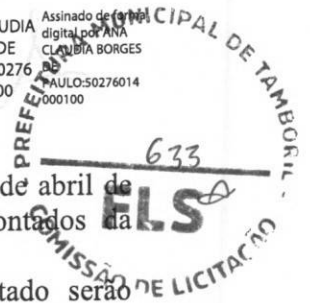
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.13. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



5.17. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

5.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

5.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.23. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, caso haja de pedido formal por meio do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
 - 7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - 7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 7.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Secretaria Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
 - 7.1.8.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 7.1.8.2. Concluída a instrução do requerimento, a contar da data do protocolo, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, admitida a prorrogação motivada por igual período.
 - 7.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
 - 7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 8.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor;
 - 8.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (inciso II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);



- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 8.1.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 8.1.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 8.1.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 8.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- 8.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e
- 8.1.6.6. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal;
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;
- 8.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 8.1.15. Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação do atendimento às cláusulas de sustentabilidade contidas no Termo de Referência.
- 8.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.



CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação eletrônica ou execução do contrato;
- f) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas de "b", "c" e "d" do subitem acima deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens "e" a "h", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4.2. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da





perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

10.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

10.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.12. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. O contrato se extingue quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

11.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, nas seguintes dotações:

a) 0501.10.122.0031.2.036 – Manutenção da Secretaria Municipal da Saúde, nos seguintes elementos de despesas: 3.3.90.30.00 – material de consumo, na seguinte fonte de recursos 1500100200 – Receita de imposto e transferência – Saúde;

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na (1) forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Tamboril na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao § 2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do §3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela a Servidora, a Sra. Rogéria Santiago de Oliveira Sousa, especialmente designada pela Secretária Municipal de Saúde, de acordo com o estabelecido no Art. 117 da Lei 14.133/2021, doravante denominada fiscal de contrato.

16.2. A execução do contrato será acompanhada pelo Contratante, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização da entrega dos produtos, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada.

16.3. A fiscalização será exercida no interesse do Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Tamboril para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. E, por estarem acertados, as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Tamboril/CE, 21 de Janeiro de 2026.


CICERA ERICA NASCIMENTO SANTANA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATANTE

ANA CLAUDIA
BORGES DE
PAULO:50276014000
100

Assinado de forma digital
por ANA CLAUDIA
BORGES DE
PAULO:50276014000100

**ANA CLAUDIA BORGES DE
PAULO - ME**
Ana Claudia Borges de Paulo
CPF/MF nº 411.131.103-25
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Antônia Juredda Pereira Marais CPF Nº 088.146.013-30

2. Maria Amélia Silva Araújo CPF Nº 013.502.333-58



Assinado de
forma digital por
ANA CLAUDIA BORGES DE
PAULO:50276014/000100
ANA CLAUDIA BORGES DE
PAULO:50276014
000100



ANEXO I AO CONTRATO Nº 2026.01.21.008

PROCESSO: Pregão Eletrônico Nº 045/2025/PE

CONTRATO Nº 2026.01.21.008

EMPRESA: ANA CLAUDIA BORGES DE PAULO - ME

CNPJ: 50.276.014/0001-00

ENDEREÇO: Avenida dos Expedicionários, 5400, Fortaleza/CE, CEP: 60.410-234

LOTE 01 - ACESSÓRIOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO - CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO - ESPECIFICAÇÃO: CRACHÁ FUNCIONAL COM CORDÃO PERSONALIZADO; MATERIAL: POLICARBONATO RÍGIDO DE ALTA DURABILIDADE; FORMATO/DIMENSÕES: APROXIMADAMENTE 54 X 86 MM (FORMATO PADRÃO TIPO CARTÃO DE CRÉDITO); IMPRESSÃO COLORIDA, EM ALTA RESOLUÇÃO, FRENTE E VERSO; CONTEÚDO: NOME COMPLETO DO SERVIDOR, CARGO/FUNÇÃO, MATRÍCULA, SETOR DE LOTAÇÃO, FOTO 2X3, LOGOMARCA DO MUNICÍPIO OFICIAL E DA SECRETARIA DA SAÚDE, FURO CENTRAL SUPERIOR PARA ENCAIXE DE CORDÃO OU CLIP RETRÁTIL; CORDÃO: FITA DE POLIÉSTER COM LARGURA MÍNIMA DE 15 MM, COM PRESILHA METÁLICA; PERSONALIZAÇÃO DO CORDÃO: LOGOMARCA OFICIAL DO MUNICÍPIO E DA SECRETARIA DA SAÚDE ESTAMPADOS EM TODA A EXTENSÃO DA FITA. AS CORES PREDOMINANTES DEVEM SER LARANJA E AMARELO. OBS: O CONJUNTO (CRACHÁ + CORDÃO) DEVERÁ SER ENTREGUE PRONTO PARA USO, COM TODOS OS DADOS INSERIDOS CONFORME INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO.	UNIDADE	GRAFICA AGOSTINHO	240	R\$ 42,00	R\$ 10.080,00
2	BOLSA TRANSVESAL - BOLSA TRANSVESAL - ESPECIFICAÇÃO: BOLSA EM LONA PADRÃO FUNASA PARA AGENTE DE ENDEMIAS. BOLSA FABRICADA EM LONA	UNIDADE	TNT BOLSAS	20	R\$ 166,30	R\$ 3.326,00



Tamboril

PREFEITURA

ANA CLAUDIA Assinado de forma digital por ANA BORGES DE CLAUDIA BORGES PAULO:50276 DE PAULO:5027601400 014000100 0100



<p>DE ALGODÃO IMPERMEÁVEL FIO 10 NA COR CÁQUI (MOSTARDA), POSSUI DUAS DIVISÕES INTERNAS E UM BOLSO SEM LAPELA, ALÇA REGULÁVEL EM FITA DE NYLON COM LARGURA DE 40 MM E OMBREIRA EM LONA. FERRAGENS PARA REGULAGEM DE ALÇAS E FECHO PLÁSTICO PARA FECHAMENTO DA ABA. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 40CM / ALTURA: 34CM / PROFUNDIDADE: 18CM. APLICAÇÃO DE ETIQUETA EM TECIDO TAFETÁ BORDADO EM ALTA DEFINIÇÃO COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO E SECRETARIA DE SAÚDE MEDINDO 8CM X 8CM DE DIAMETRO EM SUAS CORES ORIGINAIS, APLICADO COM BORDADO NA COR BRANCO. AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO TEXTIL, TAMANHO E O NOME DA EMPRESA, APLICADO DENTRO DA PEÇA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO.</p>					
VALOR TOTAL DO LOTE 01:					RS 13.406,00

LOTE 02 - FARDAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMISA P/ MOTORISTA - CAMISA P/ MOTORISTA - ESPECIFICAÇÃO: EM MALHA PIQUET PA, COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER NA COR BRANCA, COM A BASE SUBLIMADA NA COR AMARELA, GOLA POLO COM MANGA LONGA, ABERTURA C/ 03 BOTÕES NA COR BRANCO. NO PEITO ESQUERDO UMA ETIQUETA EM TECIDO TAFETÁ BORDADO EM ALTA DEFINIÇÃO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO MEDINDO 5CM LARGURA X 4,5CM DE ALTURA EM SUAS CORES ORIGINAIS, E LOGO ABAIXO O NOME PREFEITURA DE TAMBORIL E SECRETARIA DE SAÚDE EM SUBLIMAÇÃO. NO PEITO DIREITO A IDENTIFICAÇÃO COM NOME DO MOTORISTA E O TIPO SANGUINEO EM SUBLIMAÇÃO. NAS COSTAS DA CAMISA PARTE SUPERIOR O NOME 'MOTORISTA E NA	UNIDADE	START	60	RS 131,32	RS 7.879,20



Tamboril

PREFEITURA

ANA CLAUDIA BORGES DE PAULO:50276014000100
 Assinado de forma digital por ANA CLAUDIA BORGES DE PAULO:50276014000100



	<p>PARTE INFERIOR SECRETARIA DE SAÚDE, BRASÃO DO MUNICÍPIO E PREFEITURA DE TAMBORIL EM SUBLIMAÇÃO. A CAMISA DEVE SER CONFECCIONADA EM MÁQUINA OVERLOOK C/ 03 LINHAS Nº 120 E 01 FIO 100% POLIÉSTER. MANGA LONGA COM PUNHO. AS MANGAS COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO E SECRETARIA DE SAÚDE EM SUBLIMAÇÃO, ABAINHADA DE 2,5CM DE ACABAMENTO E A BAINHA DAS CAMISAS TODAS FEITAS EM MÁQUINAS GALONEIRA C/ 02 AGULHAS. TAMANHOS: (P, M, G E GG). AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO TEXTIL, TAMANHO E O NOME DA EMPRESA, APLICADO DENTRO DA PEÇA, PROXIMO A GOLA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO.</p>					
2	<p>COLETE - COLETE - ESPECIFICAÇÃO: TECIDO BRIM 100% ALGODÃO; NA COR AZUL, DETALHES: FECHAMENTO COM 07 BOTÕES, 2 BOLSOS COM TAMPAS E FECHAMENTO EM VELCRO. BOLSO ESQUERDO A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO E NOME SECRETARIA DE SAÚDE, E BOLSO DIREITO SÍMBOLO VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM SILK-SCREEN NA COR BRANCO. COSTAS: PARTE SUPERIOR O NOME 'VIGILÂNCIA SANITÁRIA' NA COR AMARELA, E INFERIOR A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM NOME SECRETARIA DE SAÚDE EM SILK - SCREEN NA COR BRANCO. FAIXA REFLETIVA FRENTE E COSTA. NA LATERAL DA BARRA 2 ELASTICO DE 40MM DE LARGURA X 20CM DE COMPRIMENTO. MODELAGEM RETA, COM ACABAMENTO REFORÇADO NAS COSTURAS E AJUSTE CONFORTÁVEL. AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO TEXTIL, TAMANHO E O NOME DA EMPRESA, APLICADO DENTRO DA PEÇA, CONFORME LAYOUT EM ANEXO.</p>	UNIDADE	RL	10	R\$ 145,20	R\$ 1.452,00



Tamboril

PREFEITURA

ANA CLAUDIA Assinado de forma digital por ANA BORGES DE CLAUDIA BORGES DE PAULO:50276 PALEQ50276014000 014000100



3	CAMISETA TECIDO MALHA PP - CAMISETA TECIDO MALHA PP - ESPECIFICAÇÃO: MALHA PP 100% POLIESTER, COR BRANCA, MANGAS CURTAS. FRENTE: SÍMBOLO OFICIAL DA ACADEMIA DA SAÚDE NA ALTURA DO PEITO. COSTAS: BRASÃO DO MUNICÍPIO COM A LOGOTIPO DA SMS NA PARTE SUPERIOR EM IMPRESSÃO SUBLIMÁTICA. NA PARTE INFERIOR IDENTIDADE VISUAL EM CORES EM AZUL, AMARELO E VERDE EM SUBLIMAÇÃO. GOLA CARECA (GOLA REDONDA) EM RIBANA. TAMANHOS: (P, M, G E GG), AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO TEXTIL, TAMANHO E O NOME DA EMPRESA, APLICADO DENTRO DA PEÇA, PROXIMO A GOLA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO.	UNIDADE	START	150	R\$ 105,00	R\$ 15.750,00
4	CAMISETA TECIDO MALHA PP - CAMISETA TECIDO MALHA PP - ESPECIFICAÇÃO: MALHA PP 100% POLIESTER, COR BRANCA, MANGAS CURTAS. FRENTE: NO PEITO ESQUERDO A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO EM ETIQUETA TAFETÁ BORDADA EM ALTA DEFINIÇÃO EM SUAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 08CM DE LARGURA X 7CM ALTURA NO PEITO DIREITO A FRASE 'CAPS REGIONAL DE TAMBORIL'. COSTAS: PARTE SUPERIOR DEVE SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM A LOGOTIPO DA SMS E NA PARTE INFERIOR DEVE SER APLICADO AS ARTES CONFORME LAYOUT EM ANEXO. GOLA V FEITA COM TECIDO SEMELHANTE BLUSA E ACABAMENTO REFORÇADO. TAMANHOS: (P, M, G E GG). AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO TEXTIL, TAMANHO E O NOME DA EMPRESA, APLICADO DENTRO DA PEÇA, PROXIMO A GOLA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO.	UNIDADE	START	30	R\$ 105,00	R\$ 3.150,00
5	CAMISETA TECIDO MALHA PP - CAMISETA TECIDO MALHA PP - ESPECIFICAÇÃO: MALHA PP 100% POLIESTER,	UNIDADE	START	50	R\$ 105,00	R\$ 5.250,00



Tamboril

PREFEITURA



<p>COR BRANCA COM BASE SUBLIMADA EM AMARELO, MANGAS CURTAS. FRENTE: EM SUBLIMAÇÃO COM A FRASE "SAÚDE + PERTO DE VOCÊ"; COSTAS: PARTE SUPERIOR DEVE SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM A LOGOTIPO DA SMS. NA PARTE INFERIOR DEVE SER APLICADO AS ARTES CONFORME LAYOUT EM ANEXO. GOLA V FEITA COM TECIDO SEMELHANTE AO DA BLUSA E CONTAR COM ACABAMENTO REFORÇADO. TAMANHOS: (P, M, G E GG). AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO TEXTIL, TAMANHO E O NOME DA EMPRESA, APLICADO DENTRO DA PEÇA, PROXIMO A GOLA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO.</p>					
<p>6 CAMISETA TECIDO MALHA PP - CAMISETA TECIDO MALHA PP - ESPECIFICAÇÃO: MALHA PP 100% POLIESTER, COR A COMBINAR, MANGAS CURTAS. SUBLIMAÇÃO FRENTE E COSTAS COM ARTE A COMBINAR DE ACORDO COM O PROJETO/EVENTO E BRASÃO DO MUNICÍPIO COM A LOGOTIPO DA SMS. GOLA CARECA (GOLA REDONDA) EM RIBANA. TAMANHOS: (P, M, G E GG). AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO TEXTIL, TAMANHO E O NOME DA EMPRESA, APLICADO DENTRO DA PEÇA, PROXIMO A GOLA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO.</p>	UNIDADE	START	200	R\$ 102,35	R\$ 20.470,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02:					R\$ 53.951,20
VALOR GLOBAL: R\$ 67.357,20 (sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos).					

ANA CLAUDIA BORGES DE PAULO:5027601400100

Assinado de forma digital por ANA CLAUDIA BORGES DE PAULO:50276014000100